
[A ilusão do Protocolo de Kyoto](#)

A Conferência das Partes da Convenção da UN sobre Mudança Climática, terá lugar em Buenos Aires- Argentina neste mês. Através da mídia, o público receberá a boa notícia de que o Protocolo de Kyoto foi aprovado apesar de o maior poluidor do mundo – os USA – se recusar a ratificá-lo. Muitas pessoas sentirão alívio ao pensarem que a crise do clima será agora resolvida.

Infelizmente, a situação real é bastante diferente. Primeiramente, as reduções de emissões, que o Protocolo de Kyoto estabeleceu para os países industrializados é apenas 5,2% menor que os níveis de 1990 - porcentagem que, segundo a maioria dos cientistas, é totalmente inadequada para melhorar efetivamente o aquecimento global. Em segundo lugar, até esses níveis inadequados são desrespeitados através de esquemas que permitem a emissão de quantidades extras de dióxido de carbono com a condição de estabelecer plantios de monocultura de árvores como “sumidouros de carbono”.

Preocupados pelo estado dessas questões – que é decorrente em grande parte da pressão das corporações poderosas nas negociações climáticas – representantes de organizações e movimentos pessoais ao redor do mundo, decidiram se reunir em Durban, na África do Sul, em outubro de 2004 com o objetivo de discutirem os caminhos mais realistas para conseguir soluções para as mudanças climáticas. O grupo surgiu do encontro que fez um apelo a um movimento mundial, recorrendo ao povo desde as camadas mais baixas, contra as mudanças climáticas (vide Durban Declaration em <http://www.wrm.org.uy/actores/CCC/justicia.html#llamado>).

Os participantes concluíram que a intenção de Kyoto de dar um preço ao carbono “não demonstrou ser mais efetiva, democrática ou benéfica para o bem-estar humano do que colocar preço aos genes, florestas, biodiversidade ou rios limpos.”

Ao mesmo tempo, o Grupo Durban reafirmou “ que reduções drásticas nas emissões do combustível fóssil utilizado são um pré-requisito” para solucionar a crise climática e afirma que “a responsabilidade das futuras gerações é procurar verdadeiras soluções que sejam viáveis e realmente sustentáveis e que não sacrifiquem as comunidades marginalizadas.”

O Grupo também se comprometeu a “ajudar a construir um movimento mundial com origens no povo por justiça climática, a mobilizar comunidades ao redor do mundo e prometemos nos solidarizar com as pessoas que se opuserem ao comércio do carbono do solo”.

Os participantes também concordaram em declarar o dia 10 de dezembro (Dia dos Direitos Humanos) como “O Dia Internacional da Ação Climática” para salientar que um clima em que seja possível viver é um direito humano básico e que este direito está sendo transgredido por aqueles governos que fazem de conta que estão solucionando a crise climática.

O WRM apoia inteiramente este ponto de vista. As atividades de campanha contra as plantações de monocultura têm reforçado largamente que plantar árvores não só vai enlentece as mudanças climáticas como também vai acarretar novos problemas às pessoas que moram nessas áreas a

serem ocupadas pelas plantações que pretendem ser consideradas como sumidouros de carbono.

São as pessoas comuns e vulneráveis as que sofrerão mais com a falta de ações governamentais e a avareza das corporações a não ser que seja feita alguma coisa – e bem depressa – para tratar da destruição ambiental e o sofrimento humano que será forjado com as mudanças climáticas. Em consequência, o WRM acredita firmemente que, para dar a volta por cima nessa crise, os povos do mundo precisam receber de volta a questão climática, em suas próprias mãos. Não é Kyoto, mas as pessoas que vão salvar o clima.